

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 09-9-2020.

---

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudio Janta, João Carlos Nedel, Mauro Zacher, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 107/20 (Processo nº 0268/20), de autoria de Adeli Sell; o Projeto de Lei do Legislativo nº 091/20 (Processo nº 0239/20), de autoria de Valter Nagelstein. Também, foram apregoados os Ofícios nos 471 e 472/20, do Prefeito, encaminhando vetos totais, respectivamente, aos Projetos de Lei do Legislativo nos 011/18 e 061/17 (Processos nos 0198/18 e 0735/17, respectivamente). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Lourdes Sprenger, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes e Roberto Robaina. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 021/20, discutido por Engº Comassetto e Lourdes Sprenger. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 085/20. Em continuidade, o Presidente informou que não se ingressaria na Ordem do Dia na presente sessão, por estar pendente a realização de audiências públicas requeridas para proposições de iniciativa do Executivo Municipal, em relação às quais há pedido de tramitação em regime de urgência. Às quinze horas e dez minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Boa tarde a todos. Solicito ao nosso diretor legislativo que promova agora o chamamento do quórum, para verificarmos as condições de iniciar a sessão plenária no dia de hoje.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e seis vereadores presentes.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Temos 26 vereadores presentes, o que é quórum absolutamente suficiente para que nós possamos abrir os trabalhos desta sessão ordinária, o que fazemos neste exato momento. De imediato, conferimos ao diretor legislativo a possibilidade de informar à Casa e a todos aqueles que estão conectados o material de expediente que foi encaminhado e que é dependente de pregação.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

O Ver. Valter Nagelstein registra a presença pelo *chat*.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Agradeço ao Luiz Afonso pelas providências. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Agradeço muito ao Ver. Reginaldo Pujol, porque quero fazer uma gravíssima denúncia. O governo Marchezan está punindo a população, porque ele limita o acesso de nós vereadores às informações do 156. É claro que nós podemos nos utilizar do processo de pedido de providências, pelo SEI, mas nós também sabemos que, em termos de agilidade, felizmente, o 156, pela Internet, pelo endereço eletrônico, estava funcionando e funcionando bem. Todos os dias chegam para nós dezenas e dezenas de demandas, e agora a Prefeitura retira o *link* do 156 do ar, sem aviso prévio e sem justificativa alguma. Pelo telefone, informaram que o acompanhamento do número de protocolo se dará somente pelo Conecta Cidadão, pelo link [156web.procempa.com.br](http://156web.procempa.com.br), escolhendo a opção “solicitações de serviços”. No entanto, através desse *link*, só é possível acompanhar os protocolos abertos pelo próprio cidadão que os abriu, e cabe ressaltar ainda que a visualização não é tão abrangente quanto a anterior. A retirada do *link* de busca geral do 156 não só prejudica a pesquisa do andamento das solicitações realizadas, como também cria mais um obstáculo para a obtenção do direito das pessoas. Já pararam para pensar nas entidades, nas associações de bairros que faziam os pedidos da mesma forma que este Vereador e da mesma forma que outros tantos faziam pelo 156, porque era aberto, era abrangente e fácil de solicitar e de verificar o seu acompanhamento. Colegas vereadores e vereadoras, o governo Marchezan não só pune a população; ele nos apronta. O Ver. Camozzato fez, inclusive, uma proposição, a partir de uma discussão que eu e ele travamos, e nós fizemos juntos uma denúncia de que, só da minha parte, havia 56 PPs e PIs sem retorno no prazo da Lei Orgânica do Município que garante a nossa atividade parlamentar. Então, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, em nome dos vereadores Eng<sup>o</sup> Comassetto, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa e meu, como líder, queremos levar essa discussão a todos os vereadores, à Mesa Diretora. Vou tomar uma providência, Ver. Pujol, vou fazer uma oficialização dessa questão em detalhes para V. Exas. analisarem na Mesa e, se possível, na próxima reunião de lideranças.

Quero dizer, para concluir, Ver. Pujol, que as suas últimas manifestações na imprensa, para ficar só nessas, representam os anseios da média da nossa Câmara de Vereadores, se não da amplíssima maioria dos vereadores que se sente representada na defesa que V. Exa. tem feito do Parlamento da nossa capital. Muito obrigado.

Essa é a denúncia que quero fazer: Marchezan pune a população e limita o acesso de vereadores às informações do 156. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Agradeço ao Ver. Adeli Sell a informação colocada, no sentido de que irá reduzir a termo a sua manifestação com as solicitações devidas e com as providências por ele indicadas como necessárias, que serão, obviamente, analisadas, com a brevidade devida, pela Mesa Diretora da Casa e pelo comitê de líderes na primeira oportunidade que se nos apresentar, isto é, na próxima quarta-feira.

A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Boa tarde, Presidente, vereadoras e vereadores. Também como membro da Mesa Diretora eu quero me manifestar sobre o pronunciamento do Ver. Adeli. Existe uma ordem de serviço, assinada em 2011, pelo prefeito da época e pela Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que era Presidente da Câmara, para manter esse *link* onde nós podemos fazer as denúncias diretamente para o 156. O que se pode interpretar? Pode-se interpretar que além de não atenderem às demandas, querem não nos deixar transparência em relação àquilo que a gente solicitou ou solicita, ou o cidadão solicita, e que nós possamos acompanhar. É lamentável que, cada vez mais, o Executivo se distancie do Legislativo com pequenas decisões que vêm a prejudicar não somente o nosso trabalho, mas também prejudicam a população, que, muitas vezes, desconhece que é para fazer os registros no 156. Se nós levantarmos as pendências do 156, é assustador.

Quero me reportar à SMAMS. A SMAMS tem feito umas respostas que são fantásticas. Se é uma área que cuida do bem-estar, chega no local, o portão está fechado, não tem como entrar ou não tem como fazer esse atendimento: “se vocês querem, vão para a delegacia, ou para a polícia!” Mas isso é resposta de um órgão público para não atender os pedidos pelo 156? E por aí vai.

Então, temos que fazer uma juntada e encaminhar adiante, porque tem omissão, tem improbidade administrativa e não podemos ficar de braços cruzados, só contestando da tribuna. Nós temos que levar adiante. É lamentável, Presidente, que essa ordem de serviço esteja sendo desconsiderada sem, ao menos, falar com a nossa presidência.

Também quero fazer o registro de que, cada vez mais, a gente se choca com o ser humano. Nós estamos num período tão difícil, num período de isolamento, distanciamento, as pessoas de idade realmente estão isoladas, com os devidos cuidados,

a maioria pelo menos, e se vê tanta maldade. Há um vídeo que viralizou, que é de uma tal corrida de carroças que há em Osório, onde uma carroça fica puxando outra, o cavalo cai e sai arrastado no piso, imagens que chocam bastante, não dá nem para detalharmos muito. Já tomamos as providências quanto a isso. O que me surpreende é que o MTG, em vez de se sensibilizar com esse tipo de ato medieval, vai contratar um veterinário para avaliar esse tipo de ação, não vou dizer que é um esporte, em vez de fazer uma nota repudiando esse tipo de maus-tratos aos cavalos. Depois, vêm para cá, andam pilchados, dizendo que o cavalo é o animal símbolo deste Rio Grande, mas não sabem cuidar, não têm sensibilidade nenhuma, vamos dizer assim. São monstros quem faz esse tipo de prática, onde corria dinheiro, lá nas tais lutas de força. Isso está tudo encaminhado, felizmente; vamos ver no que vai dar. Eram esses, Sr. Presidente, os meus registros.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Agradeço à Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger pela sua manifestação. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, e público que está acompanhando a nossa sessão. Quero continuar no debate do famoso 156, trazido pelo nobre Ver. Adeli Sell, líder da nossa bancada. Se você for à comunidade e tiver uma reclamação, qual é a atitude que nós e a população de Porto Alegre temos tomado? “Ah, liga para o 156.” Dos pedidos que nós fizemos, a não ser que algum vereador tenha recebido retorno, a grande maioria não está recebendo retorno. Então, há um indicativo natural de o vereador dizer “vamos ligar para o 156”, até porque, no 156, você tem uma comprovação da ligação e da demanda apresentada com um protocolo. Como o 156 não está no ar, está fora do ar, a reclamação passou a ser não só dos vereadores, mas também da comunidade de uma forma geral, inclusive de demandas urgentes - um cano estourado, algo de urgência. Aí, eu queria solicitar ao nobre Ver. Ramiro, que está aqui representando o governo, que possamos ter, na segunda-feira, pois amanhã está em cima do laço, alguém do governo que diga qual outro instrumento que está substituindo o 156. O governo não tem interlocução com a Câmara, que, em função dos projetos apresentados em regime de urgência, está engessada há vários dias. Agora, até o 156, que dialoga com a cidade? Por favor, isso não pode ficar parado, isso sempre existiu. É um mecanismo direto: a árvore caiu, a cidade está alagada, algo urgente é tratado sempre no 156, que transfere para a secretaria ou para o serviço demandado. Então, Ver. Ramiro, isso é urgente. Tem que sair uma nota do governo, tem que sair algo, para que o governo venha dialogar com a Câmara e diga como está funcionando isso.

Outro aspecto que o Ver. Adeli, também, falou é com relação à nota do Presidente, que saiu nos últimos dias no Sul 21. Esse desabafo do engessamento da Câmara em função dos projetos apresentados pelo governo em regime de urgência. E aí

nós fazemos um outro apelo: existem projetos, que o governo encaminhou em regime de urgência, que não há como votar, vai demorar muito, e tem que haver a sensibilidade do governo no sentido de retirar esses projetos de lei. Há uns que são inviáveis, o pacote do transporte, por exemplo, meu Deus do céu! Creio que tem que haver uma avaliação profícua de quem, de fato, tem interesse em dialogar com a Câmara. E creio que o governo, independentemente da posição política que esteja tomando, ou que, enfim, está enfrentando junto à Câmara ... A cidade tem que andar com algumas coisas ao natural, e, parece-me, há uma naturalidade de poder operacionalizar uma alternativa para o 156 ou de dizer para a sociedade o que aconteceu. Não é justo que isso aconteça em tempos de pandemia, é lamentável, e ficamos preocupadíssimos em relação a isso. Queria reforçar o registro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Agradeço ao Ver. Aldacir Oliboni pela sua manifestação. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-lo, Presidente, e saudar as vereadoras e os vereadores. Eu acho que esse 156 tem uma fundamental importância na cidade. Quando nós, no início, apoiamos esse governo, eu disse ao atual prefeito que ele tinha que administrar com o 156 no colo. Essa foi a frase que eu usei, até pela experiência como secretário de obras, não essa secretaria de obras que tem aí, mas aquela outra que eu tive o prazer de comandar e de fazer a maior obra desta cidade, que é a 3ª Perimetral. Era uma secretaria que tinha força, tinha autonomia.

Não existirá nenhum prefeito em Porto Alegre... Atrevo-me a dizer ao cidadão que está nos ouvindo, que protocola, que tem o seu número, que passa para nós ou não passa que o vereador tinha essa capacidade de dialogar - nem isso tem mais - de fazer esse elo entre a comunidade e a Prefeitura. Estou no terceiro mandato de vereador e é a primeira vez que vejo um vereador não ter nenhuma potencialidade de interagir com a sociedade para resolver os problemas por questões que não querem resolver e por que as secretarias ficaram bem menores, divididas. Então, eu entendo que, por exemplo, o cidadão, para arrumar a sua luz, tem que ligar para o 156, protocolar, falar com a DIP - Divisão de Iluminação Pública de Porto Alegre -, pois lá há várias equipes terceirizadas que fazem esse trabalho. Se a secretaria ou a DIP não comandar esse setor, não fazem, e se o prefeito não tiver conhecimento do que está acontecendo na cidade, ou seja, se ele não interagir com os secretários... Tem secretários bons, tem secretários ruins, tem secretários que não fazem nada e esperam pelo prefeito. O secretário tem que ter autonomia, foi assim que eu trabalhei com o prefeito Fogaça, que tinha comigo uma relação espetacular, que me ligava por qualquer buraco na cidade, independente se fosse da SMOV, da CRT, do DEP, do DMAE. Eu os tapava e depois ia acertar o asfalto que competia à SMOV. Volto a frisar: não existirá nenhum prefeito com sucesso em Porto Alegre, se não tiver o 156 no seu colo para resolver as questões e saber o que está

acontecendo na cidade, como o esgoto a céu aberto, buracos, sejam de várias entidades – do DEP, do DMAE, da iniciativa privada. Tem que saber de tudo, porque o cidadão vai no 156, ele não sabe de quem é o buraco, é a Prefeitura que tem que saber. Nesse aspecto, eu entendo que prefeito que não fizer um planejamento, que não souber como funcionam o 156 e as demandas que chegam do cidadão para essas secretarias ... Se esses secretários sonegam a informação ao prefeito, e o prefeito também não se interessa em saber quais são as demandas que chegam às várias secretarias, pobres das comunidades! Talvez se resolvam os problemas da orla, quem sabe, mas lá na comunidade ele não tem condições, está tudo abandonado.

O 156, nesse caso, até não entra muito, mas eu estou cuidando, faz quatro meses, Ver. João Bosco, que ninguém fala nada do Viaduto dos Açorianos, que poderia ter caído. Mandaram-me uma relação que eu solicitei, que já está no Ministério Público, dos 50 viadutos, passarelas e pontes. Mandaram vistorias de apenas 28 desses, e foram feitas só no “olhômetro”, sem aparelhos, sem descrição desses viadutos, dessas passarelas e dessas pontes, através dos seus projetos.

Para concluir, está cheio de candidatos na Câmara: quem não colocar o 156 no seu colo jamais vai conhecer Porto Alegre, jamais vai administrar Porto Alegre e ir em socorro do cidadão; ele não vai socorrer o cidadão. O cidadão liga para onde? Liga para o 156 e protocola. E aí o vereador não tem mais potencialidade, não tem mais relação com o prefeito, o prefeito não faz nada que seja de iniciativa do vereador, conseqüentemente perde a cidade. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Obrigado, Ver. Cassiá; o seu pronunciamento será muito considerado pela presidência, não só pela justiça que realiza, mas até mesmo pela forma didática como ele é apresentado.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Obrigado, Presidente Pujol. É uma satisfação poder fazer este pronunciamento aos vereadores e vereadoras e ao público que porventura assiste a esta sessão. Vai ser uma satisfação, também, poder escutar o Ver. Dr. Goulart, que conhece muito a área da saúde. Eu tomo a palavra, porque eu estou muito preocupado com a situação política da cidade, na medida em que eu já tenho considerado que, do ponto de vista da capacidade do governo de produzir efeitos positivos para a administração pública, para a melhoria de vida das pessoas e para a qualificação do serviço público, de fato, nós já não temos governo em Porto Alegre.

O prefeito Marchezan não tem nenhuma condição, a natureza do seu programa nega essa condição, porque o seu programa de natureza neoliberal, antisservidor público, antisserviço público e contrário aos interesses populares sempre foi um programa que não pensou nas pessoas, em melhorar a vida das pessoas, sempre

pensando apenas na minoria da cidade, no 1% privilegiado da cidade. Essa é a lógica programática, mas agora o governo, também, não tem condições de governabilidade da cidade. Eu acho que a Justiça atuou em relação ao processo de *impeachment* que está ocorrendo na Câmara, eu não creio que tenhamos cometido erro processual e espero que nós possamos, imediatamente, retomar. Eu gostaria, inclusive, de ter uma informação do Presidente da Câmara, do Ver. Reginaldo Pujol, que acompanha, diariamente, todos os assuntos da Câmara, para que nós possamos ter uma informação única sobre esse processo, na medida em que é uma decisão importante que a Câmara de Vereadores tem que tomar nos próximos dias.

Como vocês sabem, eu não tenho acompanhado, mas quero ver toda a documentação em relação ao processo de *impeachment*. O processo de *impeachment*, como todo processo legislativo, como todo processo no qual os políticos são os que julgam, os vereadores ou os deputados, é, por natureza, um processo político, mas ele só pode ser consumado se houver, também, bases jurídicas. Então, nós temos que estudar do ponto de vista jurídico, porque, politicamente, eu não tenho a menor dúvida de que o prefeito Marchezan faz mal para a cidade de Porto Alegre e que, realmente, a sua saída, o quanto antes, da condição de prefeito será um bem para a cidade de Porto Alegre. O que eu pude aferir, investigar, averiguar foi via comissão parlamentar de inquérito, via a CPI, que eu presidi. Na CPI, na qual tivemos que ser muito resistentes, para que ela pudesse realmente realizar os seus trabalhos, conseguimos, graças a um processo de documentos muito robustos, muito consistentes, juntar uma série de documentos, de provas que demonstram, claramente, as ilegalidades feitas pelo governo. Então, a CPI, evidentemente, provou ilegalidades. Agora, na CPI, estamos para encaminhar toda a documentação e o relatório feito pelo Ver. Prof. Wambert para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, mas, ao mesmo tempo, existe esse processo de *impeachment* sobre o qual devemos nos debruçar.

Eu gostaria só de fazer um breve comentário, dizendo o seguinte: parte da perda de governabilidade do prefeito Marchezan é porque o prefeito antecipou ...Eu tenho acordo com uma entrevista que o Presidente da Câmara deu. Evidentemente, a Câmara de Vereadores não tem um programa comum para a cidade, os vereadores e as vereadoras que estão na Câmara têm posições muito diferentes, e nós não temos um programa comum, e é por isso que nós nos organizamos no PSOL, mas, ao mesmo tempo, há análises que podem ser compartilhadas. Há análises que apontam que o prefeito Marchezan antecipou a campanha eleitoral, feitas pelo Presidente da Câmara e eu compartilho. Eu acho que o Marchezan fez uma escolha, muito claramente estabelecida em dezembro do ano passado, justamente no momento em que ele utilizou R\$ 30 milhões das verbas de publicidade, quando ele despejou campanhas publicitárias nos meios de comunicação, em dezembro de 2019. Então, o prefeito Marchezan largou a campanha eleitoral da sua reeleição, dizendo que não era candidato, mas largou em dezembro do ano passado. Então, ele antecipou a campanha eleitoral e, com isso, perdeu a governabilidade, porque a sua própria base de sustentação, na Câmara, foi se dissolvendo. Eu nunca fui da base do prefeito, o PSOL nunca foi da base do prefeito, como todos sabem, somos oposição desde o início, mas eu vi que o autoritarismo do

prefeito é um autoritarismo que atinge os servidores públicos, e os servidores públicos estão, há quase quatro anos, sob tormento, em função das ações do prefeito. Mas ele - isso é visível para nós da oposição - atingiu a sua própria base de sustentação, desrespeitando o conjunto da Câmara de Vereadores. Então, eu gostaria de saber um pouco mais, no detalhe, para que a gente socialize com todos os vereadores e vereadoras, para que o processo de *impeachment* possa ser bem apreciado.

Como eu disse, e com isso concluo, Presidente Reginaldo Pujol, politicamente eu acho insustentável a continuidade desse governo e, juridicamente, do ponto de vista legal, eu vi, na CPI, que há ilegalidades. Agora nós temos esse processo de *impeachment* em curso e não vamos fugir da nossa responsabilidade de julgar. Muito obrigado, Presidente Pujol e demais vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Agradeço a V. Exa. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra.

**VEREADOR DR. GOULART (PTB):** Boa tarde a todos. Sinto-me contemplado com as falas dos vereadores Cassiá Carpes e Roberto Robaina, então não vou me manifestar, vou deixar a oportunidade para quem precisar do tempo. Obrigado.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Agradeço a V. Exa. e consulto se há alguma outra inscrição para Liderança. (Pausa.)

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial e Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito ao nosso diretor legislativo que proceda à leitura das matérias constantes da Pauta.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das matérias constantes da Pauta.) Começaremos pela Pauta Especial.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Passamos à

## **PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/10 minutos/com aparte)**

## **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0283/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/20**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021. **Emendas nºs 01 a 05. (SEI 118.00168/2020-41)**

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Este tema da pauta sobre as emendas impositivas já gerou um conjunto de debates, de envolvimento, de concordâncias, de discordâncias e até mesmo de posturas de intolerância e posturas autoritárias relacionadas ao tema. Afinal de contas, as emendas impositivas foram aprovadas pelo Parlamento, estão relacionadas e garantidas no nosso marco legal constitucional brasileiro. O Congresso Nacional já adotou essa política das emendas impositivas ou de determinar, no orçamento, a possibilidade de os parlamentares construir propostas e aprovarem essas propostas para o Executivo executar. Os Estados, e o Rio Grande do Sul também, já percorreram este caminho, e nós também, na Câmara Vereadores, por uma iniciativa muito forte que o Ver. Cassio Trogildo apresentou, fizemos os debates, uns votaram contra e outros a favor, e a maioria prevaleceu, e tornou-se realidade. Fizemos um conjunto de emendas para a cidade de Porto Alegre com outro acordo, creio que muito bem construído, no qual 50% dos recursos, até então estabelecidos, fossem destinados para a saúde pública da cidade de Porto Alegre e outros para diversos outros temas, tais como a cultura, infraestrutura, regularização fundiária, todos temas carentes e identificados na cidade de Porto Alegre.

Particularmente, colegas vereadores, fiz emendas, assim como outros colegas, relacionadas à infraestrutura da saúde pública, no caso, destinadas para equipamentos que viriam ao encontro de suportar a pandemia. Fiz uma emenda de R\$ 150 mil para comprar novo equipamento de oxigênio central para o Hospital da Restinga, assim como outros colegas fizeram para outros hospitais. Para vários postos de saúde que não têm a infraestrutura odontológica, oferecemos a possibilidade de comprar esses equipamentos, de fazer reformas, como na energia elétrica que não dá suporte, para que as equipes de saúde deem bom atendimento nas comunidades. Também, destinamos recursos para a aquisição de 30 novos leitos no Hospital Vila Nova. As nossas emendas foram todas para as equipes, hospitais e estruturas 100% SUS, Sistema Único de Saúde.

Portanto, a proposta trazida, neste momento, merece toda a nossa dedicação para nos debruçarmos e construirmos, novamente, a melhor solução para a cidade de Porto Alegre. Mas o que o prefeito Marchezan precisa fazer é cumprir a lei, não entrar na Justiça contra as emendas impositivas construídas por nós e não fazer casuismo para não cumprir esses temas que dizem respeito à vida, à proteção de pessoas desprotegidas.

Portanto, conluo, Sr. Presidente, dando entendimento a esse ponto de pauta, dizendo que nos debruçaremos, sim, no momento oportuno da discussão e votação deste tema, para fazer a melhor proposta, aprovar, corrigir ou derrotar, se for o

caso, mas as emendas impositivas são uma realidade, e as comunidades estão esperando que esses recursos sejam aplicados. Sr. Prefeito, por que não aplicar esses recursos? Por que aplicar, na integralidade, somente os recursos do orçamento destinados para a propaganda e grande mídia? Os R\$ 37 milhões, destinados para a grande mídia, foram colocados. Assim, também, gostaríamos de saber, por isso pedimos ao Executivo que informe à Câmara, o destino dos R\$ 10 milhões de recursos diversos do Legislativo Municipal, destinados ao Executivo para ajudar a combater a Covid-19 em Porto Alegre.

Quero trazer essa simples análise nesse momento do debate das emendas impositivas, agradecer a condução do Presidente Pujol e nos colocar à disposição para analisar todos os temas que a cidade oferecer, mas com debate, com transparência, com qualidade. As emendas impositivas são lei, o prefeito precisa executá-las. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sr. Presidente, na pauta especial, observa-se, desde o início, essa má vontade de seguir aquilo em que nós trabalhamos, a que temos direito, que foi conquistado na própria Câmara e que foi um trabalho feito pelo Ver. Cassio. Nós entendemos que poderíamos participar, fazendo indicações por estas emendas impositivas e não alterando o próprio Orçamento. Então o que se fez, vou dizer assim: R\$ 500 mil se remanejou para a própria Prefeitura providenciar mais castrações, que é a grande demanda das pessoas, na cidade, por falta de recursos, porque quem ganha R\$ 800 reais não vai pagar o preço de tabela, numa castração de clínica veterinária, sem desconto. Nós lutamos para não ter essa superpopulação, então nós passamos para a SMAMS, passamos também para a parte de animais silvestres, que tem muita demanda por conta de a cidade ter crescido, pelos animais estarem se aproximando das áreas residenciais, pelo tráfico de animais, pois, muitas vezes, temos que providenciar albergagem, e mais ainda pelas zoonoses. Encaminhamos recursos, tudo bem consensuado antes, falado com os técnicos. Mas aí vem uma resposta de que já estão fazendo, estão fazendo o mínimo, porque não atendem os indicadores da Organização Mundial da Saúde, não atendem a população a contento, o número de reclamações é imenso. Vi que não havia vontade de fazer.

Os outros recursos se pautaram, sim, também para entidades. Por que não? São entidades que prestam serviços também resultantes na saúde, entidades beneficentes, muitas até já têm algum trabalho com recursos da Prefeitura. Então, vieram desculpas de que, em uma das entidades que é a maior captadora de recursos nesta área da saúde, que é a Santa Casa, o plano de trabalho não estava a contento, então tinham rejeitado. Fizemos os devidos recursos dentro do prazo, está tudo no SEI; agora, parece-me, falam no silenciamento, que não houve a manifestação a tempo. No meu

caso, eu recorri e não mudei, porque eu não tinha por que mudar as propostas que fizemos. E agora, para 2021, a interferência foi maior ainda nas nossas ações, que é aumentar o valor das emendas de R\$ 50 mil para R\$ 100 mil. Uma entidade que precise de dez, quinze mil não vai poder receber! Também, cada Vereador tem o limite de dez emendas. Mas como assim? Onde está escrito que nós temos que ter limites de emendas, sendo as emendas impositivas um direito legal do Vereador? Então, é tudo para não dar nenhuma conquista para o nosso trabalho, não é para se harmonizar. Isso não é de agora, não é por causa do *impeachment*, não! Isso já vem vindo, e a gente vem observando esse emperramento. Parece-me que pensam que com isso vão eliminar o Legislativo; não se elimina o Legislativo, nós somos 36 representantes da sociedade e, no mínimo, 50% vão se reeleger. Lamento muito tanto este projeto que está em pauta, quanto o próximo para 2021. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Não havendo mais inscritos para discutir a Pauta Especial, passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0220/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 085/20**, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que estabelece como essenciais as atividades que especifica, realizadas em igrejas e templos de qualquer natureza do Município de Porto Alegre. (SEI 145.00009/2020-19)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

De imediato, devolvo o comando para o nosso diretor legislativo. Acredito que, não tendo nenhum assunto na Ordem do Dia, podemos dar por concluídos os trabalhos desta sessão para logo depois, conforme havíamos anunciado, convocarmos uma sessão extraordinária da Casa para o exame do processo que diz respeito aos carrinheiros, que o Ver. Sgarbossa propôs. A nossa Comissão de Constituição e Justiça já examinou e tem condição de ser votado ainda na tarde de hoje.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Bom, Sr. Presidente, na verdade, pelo roteiro que combinamos, nós encerraríamos a presente sessão e abriríamos uma extraordinária para a apreciação do projeto dos carrinheiros. No entanto, acaba de ser disponibilizado o parecer do Ver. Cassio Trogildo, eu sugeriria

aos demais integrantes da CCJ, se puderem votar o parecer, creio que já está aberta a votação para que possamos, então, já ir abrindo a próxima sessão.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Diretor, eu vou até concertar essa possibilidade fazendo o seguinte, eu vou encerrar a presente sessão ordinária e dizer que, em dez minutos, eu convoco a sessão extraordinária com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça devidamente formalizado.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):**  
Excelente.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Agradeço a presença de todos, está encerrada a presente sessão. Dentro de dez minutos, convocaremos uma sessão extraordinária para o assunto já anunciado. Obrigado a todos pela compreensão e pela presença.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h10min.)

\* \* \* \* \*